

Dupla jornada de estudo e trabalho ganha força entre jovens brasileiros

Estagnação das vagas nas faculdades públicas e mercado de trabalho ultra competitivo explicam movimento, dizem especialistas

Dupla jornada

Quase metade dos estudantes em idade universitária também trabalha

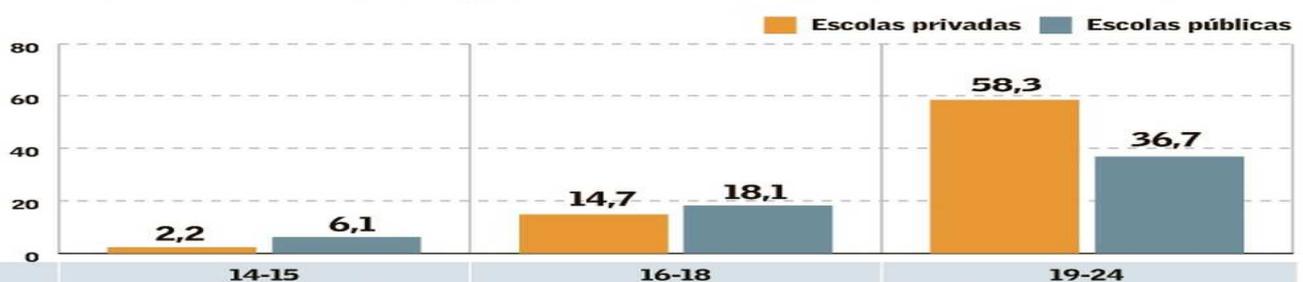
Estudantes de 19 a 24 anos que também trabalham (%)

Percentual cresceu, particularmente no ensino privado



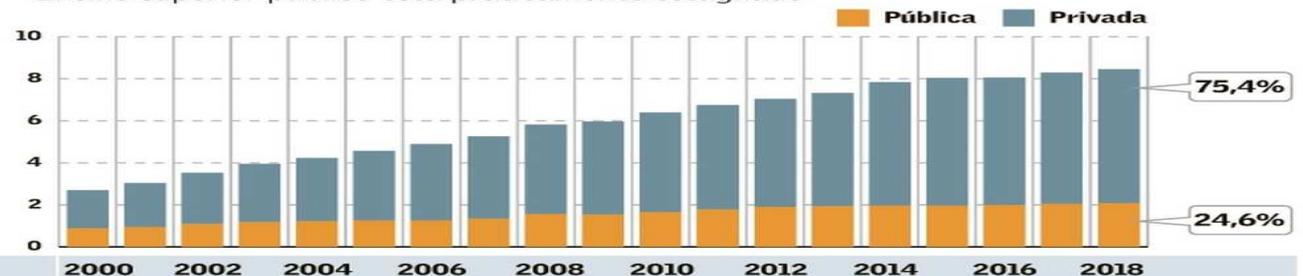
Estudantes que também trabalham, por grupo de idade em 2019 (%)

Percentual é maior no ensino público até 18 anos, depois disso, tendência se inverte



Número de matrículas na graduação, por categoria administrativa (milhões)

Ensino superior público está praticamente estagnado



Fonte: Pnad Contínua/IBGE e Censo da educação superior/Inep. Elaboração: IDados e Valor

INFORME

Por Thais Carrança — De São Paulo

Cresce no Brasil o número de jovens em idade universitária que estudam e trabalham ao mesmo tempo, particularmente entre aqueles que frequentam instituições de ensino privado. Para especialistas, a estagnação no número de vagas nas instituições superiores públicas e um mercado de trabalho ultracompetitivo, que exige cada vez mais formação dos jovens, explicam por que uma maior parcela deles tem recorrido à dupla jornada para pagar por cursos superiores privados.

Entre os jovens de 19 a 24 anos que estudam, o percentual daqueles que também trabalham subiu de 45,4% em 2016 para 48,3% em 2019, somando 2,6 milhões de estudantes que enfrentavam no ano passado uma dupla jornada, ou 144 mil a mais. No caso dos jovens que estudam em instituições privadas, o percentual daqueles que também trabalham passou de 54,4% a 58,3% no mesmo intervalo de três anos, para um total de 1,7 milhão.

Já no ensino público, a quantidade de jovens de 19 a 24 anos que estudam e trabalham é menor do que no ensino privado, tanto em termos percentuais, quanto em números absolutos. Eles eram 35,5% do total de estudantes em 2016, passando a 36,7% em 2019, num total de 924 mil no dado mais recente, segundo levantamento da consultoria IDados divulgado em primeira mão ao Valor. Com base em números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, o estudo compara os terceiros trimestres de cada ano - período que tem o microdado mais recente disponível. “Enquanto o ensino básico é ofertado universalmente a todos os jovens, há um afunilamento no acesso às instituições superiores públicas”, diz Thaís Barcellos, pesquisadora da IDados. “O jovem que está estudando e trabalhando tem que ir então para uma instituição privada.”

Esta também é a avaliação de Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). “Com o mercado de trabalho mais competitivo, os jovens precisam se qualificar mais”, afirma. O economista lembra ainda que as instituições públicas de ensino superior praticamente não têm aumentado suas vagas, apesar do crescimento do número de jovens aptos a cursar o ensino superior, devido à expansão do acesso ao ensino médio. “Acaba que os jovens então trabalham para pagar seus cursos privados”, afirma Duque. O menor percentual de alunos trabalhando está na faixa etária de 14 a 15 anos: 5,5% do total de alunos em 2019, sendo 2,2% dos matriculados em escolas privadas e 6,1% em escolas públicas. Formalmente, esses jovens só podem estar empregados como aprendizes. Mas, nessa faixa etária, há também parcela significativa de jovens que atuam como trabalhadores familiares auxiliares, ou seja, ajudando parentes sem remuneração.

O percentual de estudantes que trabalham sobe a 17,6% entre os jovens com idade de 16 a 18 anos, sendo 14,7% dos que estudam em escola privada e 18,1% daqueles que

INFORME

estudam em instituições públicas. “Comparando as redes de ensino, vemos que o percentual de alunos trabalhando que estudam em escolas públicas é maior até os 18 anos de idade. Dentre os alunos com idades entre 19 e 24 anos, e que trabalham, a situação se inverte”, observa a pesquisadora do IDados.

Essa inversão de tendência pode reforçar a impressão de que os ricos são maioria no ensino superior público, relegando os mais pobres ao ensino privado. Mas a coisa não é bem assim, explica Adriano Senkevics, doutorando em educação pela USP e pesquisador visitante na Universidade de Toronto.

Senkevics destaca que, na educação superior brasileira, o ensino privado é majoritário, com mais de 70% das matrículas. Então o ensino pago concentra o maior número de alunos, sejam mais ricos ou mais pobres.

No entanto, os mais ricos têm perdido participação no total de alunos, tanto no ensino público, como no privado, devido ao avanço no acesso dos mais pobres, por meio de políticas como cotas, expansão das universidades públicas nos anos 2000 e interiorização de campi. Os 20% mais ricos eram 54% dos estudantes de universidades públicas em 2005, caindo a 36% em 2015. No ensino privado, essa participação foi de 67% a 37%.

Já os 40% mais pobres eram 8% do corpo discente das universidades públicas em 2005 e passaram a 23% em 2015. No setor privado, esse percentual foi de 3% a 16%. Ou seja, os mais pobres seguem subrepresentados no ensino superior, em ambos os tipos de ensino, mas proporcionalmente têm presença maior no setor público do que no privado. “Isso ajuda a desmistificar a ideia de que no setor público só tem rico, como se a presença dominante dos ricos também não existisse no setor privado”, diz Senkevics.

Segundo o pesquisador, outro fator que ajuda a explicar o crescente percentual de jovens que estudam e trabalham nas universidades privadas é a expansão recente do ensino a distância, que já representa cerca de 25% das matrículas. Muitos jovens que interrompem sua formação após o ensino médio pela necessidade de trabalhar acabam voltando a estudar por meio dessa modalidade, que é mais barata e mais compatível com a jornada de trabalho, diz.

“O setor público, além de ser gratuito, dispõe mais do que o privado de apoio estudantil”, lembra ainda Senkevics. “São políticas de permanência e assistência que conseguem minimizar a necessidade de trabalho por jovens de menores condições socioeconômicas”, afirma. O especialista diz também que, pelo fato de o ensino público ser mais prestigiado, as famílias podem fazer esforço maior para que os jovens que conseguem acessá-lo concluam seus cursos e dediquem-se à sua formação. Daí também a menor evasão no setor público do que no privado.

INFORME

TST obriga petroleiros a manter 90% do efetivo durante paralisação

O tribunal fixou uma multa diária de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil, dependendo do porte do sindicato, para casos de descumprimento da liminar

Por André Ramalho — Do Rio

A greve dos petroleiros entra hoje no seu quinto dia com um revés na Justiça. Ontem, a Petrobras obteve uma vitória parcial no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que decidiu que os sindicatos mantenham um contingente de 90% dos trabalhadores no “desempenho normal de suas atribuições”. O tribunal fixou uma multa diária de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil, dependendo do porte do sindicato, para casos de descumprimento da liminar.

No início da noite, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) informou em nota que seu departamento jurídico avalia o despacho do TST. “O ministro Ives Gandra reconheceu em sua decisão a legalidade de nossa greve. Porém, estabeleceu condições para a manutenção do movimento, sob pena de multa que pode chegar a R\$ 4,5 milhões por dia, o que consideramos abusivo. Diante disso, nosso departamento jurídico está elaborando recursos a essa decisão”, disse o diretor da FUP, Deyvid Bacelar.

Segundo a FUP, mais de 35 unidades haviam aderido ao movimento, em 12 Estados. Na Bacia de Campos, a entidade sindical informou que os trabalhadores estavam entregando a produção das plataformas para as equipes de contingência da empresa e se recusando a fazer a substituição dos grupos que estão embarcados.

A Petrobras informou em nota, por sua vez, que todas as suas unidades de produção de petróleo, combustíveis e derivados estão em operação, “dentro dos padrões de segurança” e que não há impactos na produção nem no abastecimento ao mercado. A estatal reiterou, ainda, que a paralisação é injustificada e que vem “cumprindo rigorosamente os compromissos firmados e segue aberta para dialogar com as entidades”.

A categoria protesta contra a demissão de 396 empregados da fábrica de fertilizantes de Araucária (PR), que será hibernada. Os petroleiros alegam que, pelo acordo coletivo da Araucária Nitrogenados (Ansa), a empresa se compromete a não promover demissões, nem transferências, sem negociação prévia com o sindicato.

(Fonte: Valor Econômico – 05/02/2020)